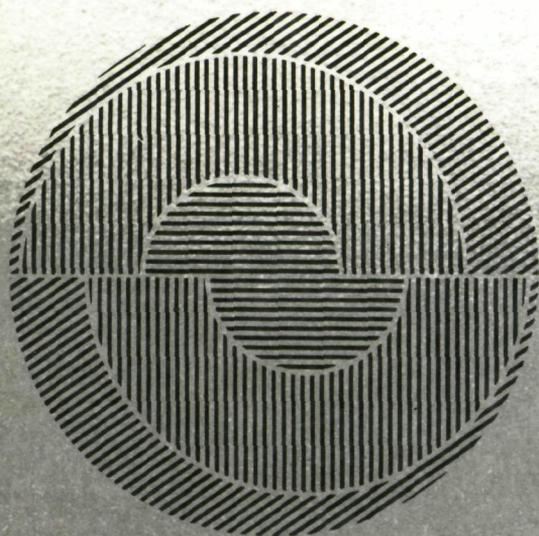


REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA



SENADO FEDERAL • SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS

OUTUBRO A DEZEMBRO 1991

ANO 28 • NÚMERO 112

A Questão Ambiental e as Relações Internacionais

SHIGUENOLI MIYAMOTO

Doutor em Ciência Política pela USP.
Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de Campinas —
UNICAMP

Ao contrário do ocorrido em 1972, em Estocolmo, quando comparearam representantes de pouco mais de uma centena de países, à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a ser realizada no Rio de Janeiro em 1992, deverão estar presentes delegações de pelo menos 160 Estados¹.

A quantidade de pessoas previstas, de Estados representados e a cobertura dada pela mídia mostram a importância assumida pela questão ambiental nos últimos anos, principalmente na década de 80².

1 A bibliografia sobre a questão do meio ambiente é extremamente vasta, e acessível a qualquer interessado, principalmente em virtude do grande número de instituições que tem se dedicado ao tema. Para efeito deste texto são feitas apenas algumas referências que dizem respeito diretamente ao seu conteúdo, mesmo assim sem qualquer preocupação em listar bibliografias, ademais bastante conhecidas. Embora ciente da distinção que se deve fazer entre ambientalismo e ecologia, os mesmos são aqui utilizados indistintamente, com significados idênticos. Sobre esta diferença conceitual ver, por exemplo, Héctor R. LEIS (org.) — *Ecologia e política mundial*, Rio de Janeiro: Vozes/FASE/AIRI/PUC, 1991, pp. 11-12.

2 Nos anos 80, as publicações sobre ecologia se multiplicaram rapidamente. Especificamente sobre o tema em apreço consultar: Bernardo PERICÁS NETO — “Meio ambiente e relações internacionais”, *Contexto Internacional* (9): 9-17, jan./jun. 1989; Elmar ALTVATER — “Falência e destruição: ou de como a crise financeira internacional e a destruição da floresta tropical estão interligadas”, *Contexto Internacional* (10): 7-42, jul./dez. 1989; Márcia JABOR CANIZIO — “Ecologia e ordem internacional: uma discussão sobre os paradigmas de análise”, *Contexto Internacional* (12): 29-52, jul./dez. 1990.

A concorrência pelo local de realização também é outro indicador: a Noruega e o Canadá, que disputaram com o Brasil o privilégio de sediar o encontro, tinham consciência da dimensão que o assunto representa no contexto internacional.

O interesse e os debates sobre o meio ambiente que se têm verificado nos últimos anos não são gratuitos: as chuvas ácidas sobre os Estados Unidos e o Canadá, a destruição da camada de ozônio, a derrubada das florestas tropicais, a poluição dos ares, dos rios e dos mares têm-se convertido na ordem do dia.

Afinal de contas, todos são direta ou indiretamente afetados, sem exceção, pela queda de qualidade ambiental.

Se as relações internacionais se encontram, ainda, em grande parte, estruturadas e amparadas nas teorias de poder, onde as fronteiras são consideradas invioláveis e a soberania alardeada como absoluta, o mesmo não pode ser dito sobre as implicações de políticas públicas mal conduzidas, sem os devidos cuidados com o meio ambiente, fazendo com que as consequências se verifiquem não só no âmbito regional, mas podendo apresentar implicações mundiais.

Desta forma, como resultado da utilização maciça de *sprays*, a camada de ozônio tem sido progressivamente afetada. Um vazamento de petróleo, ainda que involuntário, acaba destruindo tudo ao seu redor, ao largo de centenas de quilômetros quadrados, sem respeitar as fronteiras de qualquer país, e com consequências ecológicas desastrosas.

Como exemplo deste último caso podem ser citados inúmeros acidentes ocorridos recentemente: em 24 de março de 1989, o *Exxon Valdez* deixou escapar 42 mil toneladas de óleo na entrada do Canal Príncipe William, na porção sul do Alasca, tendo a empresa responsável sido condenada a pagar US\$ 1 bilhão de indenização por danos à natureza;³ em 8 de fevereiro de 1990, o petroleiro *USA American Trader* derramou um milhão de litros de petróleo na costa da Califórnia, em frente à cidade de Huntington Beach;⁴ e do superpetroleiro *Haven* escoaram pelo menos 30 mil toneladas de petróleo no Mediterrâneo, próximo ao porto de Gênova, em 11 de abril de 1991⁵.

Na Eurásia, Mikhail Gorbachev, por exemplo, assume que somente nos anos mais próximos a União Soviética começou a se preocupar com a questão ecológica, considerando o tema de vital importância.

Para o dirigente soviético, o medo do confronto nuclear sempre restringiu a visão governamental que priorizou outros assuntos, motivo pelo

3 Cf. *Veja*, 5-4-89; *Folha de S. Paulo*, 14-3-91, 2-1.

4 *O Estado de S. Paulo*, 9-2-90, p. 12.

5 *Jornal da Tarde*, 18-4-91, p. 12.

qual os investimentos obedeciam “prioridades mais relevantes”. Isto é, desde o início da industrialização do país, a URSS não se preocupava em prestar atenção para assuntos considerados, naqueles momentos, “secundários”, como o meio ambiente. Além do mais, justifica Gorbachev, as dimensões do país e suas riquezas também encorajaram uma falta de cuidados ecológicos ⁶.

Por estes motivos, a poluição do lago Baikal e do mar Báltico, a contaminação do solo e do ar com resíduos de usinas petroquímicas nos Urais, além da própria desertificação do mar de Aral, devido à retirada de água para irrigação, nunca tinham sido objeto de maiores cuidados. ⁷

O vazamento de gás tóxico da empresa norte-americana Union Carbide em Bophal, na Índia, em 1984, ocasionando 1800 vítimas fatais, a bomba de hidrogênio “esquecida” pelos Estados Unidos no fundo do mar, ao Sul do Japão, o acidente da usina nuclear de Chernobyl, a poluição do ar na cidade do México, a contaminação do mar Adriático através de fosfato e outros poluentes, a erosão da bacia hidrográfica do Himalaia, a chuva ácida na Polônia, Alemanha e Checoslováquia, a cianida afetando 95% dos corais filipinos são outros exemplos que podem ser arrolados para demonstrar que em todo o mundo o pouco zelo para com a natureza é visível ⁸.

Como se vê, as grandes potências, independentemente de ideologias, sempre tiveram atitudes discutíveis perante o problema ambiental, ainda que críticas cerradas sejam feitas apenas às nações do Terceiro Mundo. Estes, por sua vez, nada mais têm feito do que repetir os mesmos erros cometidos pelos Estados Unidos, pela URSS.

Em função do desgaste progressivo da natureza, chegando a níveis alarmantes, e com possibilidade de converter-se em situações irreversíveis, a questão ambiental tornou-se alvo de atenção cada vez maior nos últimos anos.

Assim, a ecologia passou a fazer parte da agenda cotidiana de discussões dos mais diferentes Estados e entidades internacionais, servindo

⁶ Mikhail GORBACHEV — “Natureza, direito do homem”. *O Estado de S. Paulo*, 21-4-90, p. 2.

⁷ *Jornal da Tarde*, 14-1-89, Caderno de Sábado, p. 8. *Folha de S. Paulo*, 14-3-90, 2-1.

⁸ Segundo denúncias, a marinha norte-americana, durante a guerra do Vietnã em 1965, deixou cair uma bomba de hidrogênio a 110 quilômetros das ilhas Ryukiu, ao sul do Japão, próximo de Okinawa. Naquela ocasião o caça Skyhawk A-4 baseado no porta-aviões Ticonderoga, armado com bomba de hidrogênio de um megaton, escorregou e caiu no mar, a quatro quilômetros de profundidade sendo que nenhuma providência foi tomada para resolver o problema. Cf. *Isto é Senhor* (1026): 78, 17-5-89; *Jornal da Tarde*, 14-1-89, Caderno de Sábado, p. 8.

inclusive como ponto de referência para concessão ou não de fundos para os países que negligenciam a qualidade de vida ambiental.

Pode-se mencionar aqui instituições como o Banco Mundial, que apenas libera recursos quando obtém promessas de que o ecossistema será preservado, ou então que cuidados serão tomados para minimizar os danos, através de relatórios de impacto ambiental.

As agências internacionais de financiamento e as grandes potências — aqui entendidas como os países altamente industrializados — ao agirem desta maneira obviamente entendem o concerto das relações internacionais com ótica distinta dos países do Terceiro Mundo, operando com o conceito de soberania restrita, ou compartilhada, relegando a idéia de inviolabilidade territorial e de não ingerência em assuntos internos de outros Estados.

Uma análise ainda que superficial do funcionamento do sistema internacional é suficiente para confirmar que esse comportamento é rotineiramente adotado pelas grandes potências quando seus interesses são colocados em jogo. Mas estes mesmos países jamais aceitam que princípio idêntico se lhes aplique.

Como detentores de poder econômico e militar, e possuindo tecnologia mais avançada, controlam todas as instituições importantes, fazendo com que a ordem internacional seja ditada de acordo com a sua vontade e conveniência.

Se, ao nível retórico, discursos se fazem presentes em todos os momentos, na defesa da soberania deste ou daquele país, conclamando à integração e repudiando o conflito, a prática das grandes nações desmente este comportamento, comprovando que a igualdade existe apenas no plano das palavras.

A década de 1980 presenciou muitas atitudes contrariando as normas que deveriam reger a ordem internacional em busca de paz, e onde o temor da guerra fosse deixado de lado. Os Estados Unidos, por exemplo, desembarcaram em Granada e no Panamá; a União Soviética continuou no Afeganistão, e a Grã-Bretanha guerreou no Atlântico Sul, em defesa das terras geladas de sua Majestade, ainda que as ilhas objeto de disputa estejam próximas ao território argentino, cujo governo reivindica sua posse.

Verifica-se, concretamente, uma distância enorme entre o que se diz e aquilo que se faz. O que, realisticamente falando, não deve ser motivo de assombros maiores, porque as relações internacionais não se apóiam apenas em concepções sonhadoras de paz universal, mas moldam-se, em grande parte, pela ótica do conflito.

Não custa lembrar que a própria expressão Nações Unidas, utilizada pela primeira vez por Franklin D. Roosevelt, em 1.º de janeiro de 1942, em plena guerra, na "Declaração das Nações Unidas", constituía-se em

um compromisso de guerra quando representantes de 26 países se dispuseram a lutar contra as potências do Eixo.⁹

Enquanto se fala na necessidade de entendimento para a manutenção da paz mundial e para colocar fim às desigualdades sócio-econômicas, países como os Estados Unidos agem atendendo exclusivamente seus interesses e impondo condições à própria Organização das Nações Unidas, como de fato ocorreu na guerra movida contra o Iraque, à frente de uma aliança.¹⁰

A instrumentalização das entidades como a Organização das Nações Unidas (ONU), ou a Organização dos Estados Americanos (OEA), pelas grandes potências faz com que as intervenções destas em assuntos domésticos de outros países sejam até mesmo legitimadas em detrimento dos objetivos fixados pelas próprias organizações. Ou seja, as relações de força, de poder, ainda são determinantes no contexto internacional.

Se este modo de agir faz parte do cotidiano das políticas desenvolvidas pelas potências na defesa de seus interesses políticos, ideológicos, econômicos ou estratégico-militares, buscando resguardar suas soberanias, neste caso percebidas como invioláveis, idêntica postura é reproduzida no âmbito da questão ambiental.

Na verdade sempre houve grandes obstáculos para que a questão ambiental fosse tratada a contento, e visando apenas o bem comum. É um problema antigo, embora só nas últimas três décadas tenha adquirido uma dimensão verdadeiramente universal.

Defende-se a necessidade urgente de melhorar a qualidade de vida e de manter a paz, mas países como os Estados Unidos e a União Soviética (hoje abalada em seu império), mantêm seus arsenais atômicos; assinam tratados restringindo os mísseis nucleares, mas não os eliminam definitivamente. Nem mesmo diminuem sua capacidade destrutiva, visto que a redução quantitativa de mísseis de curto e médio alcance não implica na perda qualitativa de poder.

Como diz Henry Kissinger, ao comentar a ordem internacional, logo depois do acordo START (Acordo para redução de armas estratégicas), "após as reduções estipuladas, o número de ogivas ficou apenas ligeira-

9. Tais palavras foram posteriormente incorporadas à própria ONU, entidade maior de toda a história da Humanidade, que estabeleceu como fim, em seu art. 1º "manter a paz e a segurança internacionais, e, para isso, tomar coletivamente medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão". Antônio José FERNANDES — *Organizações políticas internacionais*. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

10 Algumas considerações sobre este conflito podem ser encontradas em Christian G. CAUBET — *As verdades da guerra contra o Iraque*. São Paulo: Acadêmica, 1991.

mente menor que o da época do início das negociações. Mas o aumento do grau de precisão dos mísseis compensa a pequena redução numérica".¹¹

As desconfianças mútuas reinantes entre as duas superpotências, todavia, sempre fizeram com que a política de equilíbrio de poder prevalecesse.¹² Mesmo as providências tomadas com a distensão iniciada nos anos 70, primeiro com os acordos SALT, seguidos de outros, como o assinado por Gorbachev e Reagan, em Washington, em 1987, restringindo os mísseis de médio alcance instalados na Europa, até o START, nunca foram suficientes para colocar ponto final ao equilíbrio do terror.

Tanto é assim que o *overkill* de ambos os Estados permanece inalterado, ainda que medidas sejam periodicamente tomadas, como em setembro de 1991, quando os Estados Unidos anunciaram a redução unilateral de mísseis nucleares táticos, seguidos pela URSS que prometeu adotar idêntica posição poucos dias depois, no início de outubro.

E também não abrem mão de sua condição de dominadores da ordem mundial (pelo controle do Conselho de Segurança e demais setores da própria ONU), se bem que estes gestos recentes de Washington e Moscou podem ser um novo marco no relacionamento internacional, culminando com eventual liquidação, até mesmo das armas nucleares de longo alcance.

Durante anos o tema do inverno nuclear se converteu, inclusive, em uma das grandes bandeiras levantadas contra a possibilidade de uma guerra atômica, mas que nunca sensibilizou significativamente os governantes das grandes potências. O projeto norte-americano "Guerra nas Estrelas" é um dado constatável da defasagem entre intenção e ação, pois, enquanto negociam a paz, investimentos em tecnologia militar são realizados envolvendo cifras de bilhões de dólares.

Assim, o próprio deputado Les Aspin, presidente da Comissão das Forças Armadas da Câmara dos Deputados norte-americana denunciou que o orçamento de defesa para 1991, estimado em 291 bilhões de dólares, sofreria uma redução de apenas 500 milhões de dólares.¹³

A ameaça de um conflito nuclear se constituiu, até recentemente, no perigo maior à destruição do meio ambiente, incluindo a própria Humanidade.

A longa noite da guerra fria finalmente terminou, sepultando, pelo menos em princípio, o confronto ideológico reinante desde a Segunda Guer-

11 Cf. Henry KISSINGER — "As superpotências na nova ordem internacional". *O Estado de S. Paulo*, 13-8-91, p. 2.

12 A bibliografia que trata do assunto é ampla, motivo pelo qual escuso-me de mencioná-la aqui.

13 Cf. *Veja*, 24 (40): 37, 2-10-91.

ra Mundial. Todavia, os armamentos nucleares acumulados são ainda prova suficientemente forte para colocar em dúvida as reais intenções das grandes potências em desfazer-se um dia de seu poder atômico.

Os inúmeros escritos de Henry Kissinger, que nunca considerou a União Soviética completamente insuspeita, sempre deixam margem a incertezas sobre as manifestações pacifistas de seu país pois ao ponderar a constituição dos grandes blocos, alertava para a necessidade de a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), pensar a defesa da Europa ligada diretamente à dos Estados Unidos. Certamente contra seu único opositor em termos estratégico-militares, o poder soviético.¹⁴

As transformações do império soviético, com a *glasnot* e a *perestroika* comandadas por Gorbachev, também tem-se demonstrado insuficientes para convencer o governo americano de que não há mais nenhum perigo a temer.

A ascensão de Boris Yeltsin, ao cenário internacional, face aos acontecimentos de agosto de 1991, com a redistribuição do poder soviético, também indica claramente que a questão nuclear não é algo resolvido. Não são gratuitas as divergências apresentadas entre as repúblicas para estabelecer quem ficaria com os arsenais atômicos espalhados por toda a União Soviética.

Apesar de não se falar em conflitos com outras potências, os armamentos nucleares continuam sendo elementos imprescindíveis no jogo de cena do poder mundial, tanto por parte de Washington quanto de Moscou. Dessa forma, o perigo de destruição do meio ambiente permanece e, na prática, os acordos até agora realizados pouco representam, ao nível estratégico-militar, já que se mantém inalterada a capacidade militar de ambos os países.

Prevalecendo no cenário mundial as relações de poder, é óbvio que o domínio da tecnologia nuclear é de vital importância para se ocupar papel de realce no mundo.

Por isso, aqueles que não fazem parte do clube atômico igualmente buscam alcançar o domínio da tecnologia nuclear, visando, com isso, à possibilidade de possuir sua própria bomba, como é o caso do Brasil e de outros países, ainda que se ressalva sempre que o objetivo dos programas nucleares visa a fins pacíficos.

Inúmeras são as nações que sempre se posicionaram contrárias ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), como é o caso da França

¹⁴ Cf. Henry KISSINGER — "EUA buscam um papel na nova OTAN". *O Estado de S. Paulo*, 24-12-89, p. 42.

e da China. Mais próximos, o Brasil e a Argentina adotam posição semelhante, ainda que recentemente tenham se manifestado favoráveis à assinatura do tratado de 1968, dependendo, óbvio, de outras negociações.

No caso brasileiro há uma dubiedade de comportamento: enquanto o Presidente Fernando Collor em 1990 lançava uma pá de cal nas instalações da base de Cachimbo, a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) utilizava, no primeiro semestre de 1991, 65 milhões de dólares em projetos secretos, de conteúdo militar, evidentemente.

Não se deve esquecer, também, que quando se propôs, por iniciativa de Brasília, a criação de uma "Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul", as Forças Armadas exigiram que ficasse nitidamente caracterizada a diferença entre desmilitarização e não-militarização.¹⁶

A corrida armamentista, com investimentos da ordem de bilhões de dólares, efetuados por vários países, em nada contribui para recuperar ou melhorar as condições ambientais do mundo. Os governantes declaram-se política e economicamente contrários à degradação do meio ambiente, mas ao nível estratégico-militar tomam decisões que contrariam frontalmente seus discursos. Tal afirmação é verdadeira tanto para os países desenvolvidos, quanto para aqueles outros que almejam fazer parte do clube atômico.

O armamento nuclear é, sem dúvida alguma, o tópico que mais preocupações tem causado à sociedade internacional, motivo pelo qual emergiram, a partir dos anos 60, movimentos pacifistas em grande quantidade, mormente na Europa, palco e espólio dos dois grandes conflitos.

Aliado à questão da guerra, as chuvas ácidas, a camada de ozônio, o extermínio das populações indígenas, e a destruição principalmente das florestas tropicais, converteram-se nos grandes temas que têm mobilizado e sensibilizado a opinião pública mundial.

A própria exploração da Antártica tem sido igualmente objeto de atenção e alvo de cobiça, tanto por parte dos grandes países, quanto de outros que, procurando garantir seu quinhão, instalaram bases e realizaram pesquisas para provar que têm direito adquirido sobre a região.¹⁶

15 Cf. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, número especial sobre "Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul", edição suplementar, dezembro de 1986.

16 Apenas para efeito de ilustração consultar: Carlos J. MONETA "Antártida, América Latina e o Sistema Internacional na década de oitenta: para uma nova ordem Antártida? Fatores econômicos, estratégicos e tecnológicos". *Revista Brasileira de Política Internacional*, XXIII (89-92): 129-174, 1980 e os ensaios de H. R. LEIS e Clóvis Brigagao, in Héctor LEIS (org.), *op. cit.*

Considerada a última fronteira, com riquezas inexploradas, pelo menos à Antártica foi proibida toda atividade de mineração ou prospecção petrolífera até 2041, conforme estipulou a Conferência Antártica realizada em Madrid, em abril de 1991, e que contou com a presença de 26 países.

No cômputo geral, todavia, as recomendações feitas no encontro de Estocolmo, em 1972, não têm sido levadas a sério pelos países que lá compareceram.¹⁷

A queda acentuada da qualidade de vida, fundamentalmente dos países subdesenvolvidos, e mesmo dos industrializados, parece ter alertado os governos de que providências precisam ser tomadas para reduzir conseqüências de políticas incompetentes.

É certo que nos anos 70 algumas demonstrações de boa vontade surgiram, como o próprio relatório Brandt.¹⁸

As divergências sobre como resolver os problemas, entretanto, têm sido maiores que as soluções, impedindo que medidas eficazes sejam adotadas.

O obstáculo maior e que normalmente bloqueia os entendimentos é justamente quando se vão estabelecer os custos e benefícios das resoluções a serem tomadas, e sobre quem vai cair a responsabilidade de arcar com os prejuízos. Ou seja, como nenhuma das partes se dispõe a exercer tal papel, as negociações prolongam-se durante largo tempo, enquanto a situação interna dos países pobres vai se tornando cada vez mais aguda, seja pelas suas próprias contradições internas, com quadro político-institucional pouco consistente, falta de planejamento adequado, até o endividamento externo.¹⁹

As tentativas de resolver os problemas globais, com resultados pouco favoráveis aos países do Terceiro Mundo, tornam visíveis as razões por que as políticas a serem implantadas caminham a passos vagarosos.

17 Para uma observação rápida sobre a Conferência de Estocolmo e participação brasileira consultar Márcia Jabor CANIZIO — *O Brasil e a questão ambiental: um estudo da política externa brasileira*. Dissertação de mestrado em Relações Internacionais, apresentada ao IRI/PUC/RJ, 1991, mimeo. Anexos a este trabalho encontram-se, ainda, a Declaração de Estocolmo, o Plano de Ação de Estocolmo e a Declaração de Nairóbi.

18 Willy BRANDT — *Norte-Sur — un programa para la supervivencia*. Bogotá: Editorial Pluma Ltda., 1980.

19 Sobre o funcionamento do sistema internacional, os mecanismos de negociação, ver por exemplo, Celso LAFER, *Paradoxos e possibilidades*, Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1982.

Os culpados também são facilmente identificados, pelo menos na ótica dos países pobres. Segundo estes, são os países industrializados os responsáveis pela aceleração da queda de nível de vida. Ou seja, os países ricos que já alcançaram apreciável desenvolvimento científico e tecnológico, à custa da destruição de seu meio ambiente, tentam agora impor soluções aos outros. Assim, o alerta é para que não imitem seu próprio modelo de desenvolvimento, o que acarretaria conseqüências desastrosas para as gerações futuras.

Para os países subdesenvolvidos, reduzir a destruição do meio ambiente implica na necessidade de os demais apresentarem contrapartida, isto é, transferência de tecnologia e fundos que compensem a utilização menor de seus recursos naturais. E que os países ricos também abram mão de seu elevado consumo, utilizando menos elementos comprometedores da natureza como o clorofluorcarbono (CFC).

Sobre este comportamento adotado pelos países pobres, é interessante anotar aqui, observação feita por Lord WAYLAND KENNET, no mesmo ano da Conferência de Estocolmo. Ao refutar as solicitações dos países industrializados para que se preocupassem com o meio ambiente, os países pobres utilizavam-se dos seguintes argumentos: "Compreendemos as suas preocupações econômicas. Não há dúvida de que estragaram os seus países. Também apreciamos a sua preocupação para que não repitamos os seus erros. Contudo, é precisamente o que pensamos fazer. Vocês desenvolveram os seus países e os poluíram, visto que o seu povo era pobre. Agora o seu povo é rico e Vocês querem limpar o ambiente. Os nossos povos são pobres, muitos estão de fato morrendo de fome, e pensamos fazer como Vocês fizeram, e pagar mais tarde. Naturalmente se Vocês estiverem dispostos a nos pagar agora para nos desenvolvermos de maneira limpa e ecológica, aí a questão seria outra".²⁰

Pode-se lembrar aqui também frase atribuída ao então ministro do Planejamento brasileiro, João Paulo dos Reis Velloso, que teria dito quatro meses antes da conferência de Estocolmo, em 1972, que, se progresso é poluição, então vamos poluir. Tal afirmação, como se sabe, causou dissabores enormes, tendo os membros da comitiva brasileira utilizado depois, todo o tempo da conferência para desfazer o equívoco da frase do ex-ministro, sobre as reais intenções do governo acerca do assunto.²¹

20 Wayland Kennet — "The Stockholm Conference on the Human Environment", *International Conciliation*, jan./1992, p. 37. Apud G. E. NASCIMENTO E SILVA — "O meio ambiente e a política exterior". *Revista Brasileira de Política Internacional*, XXX (117-118), 1987/1, p. 58.

21 Cf. *O Estado de S. Paulo*, 19-5-91, p. 19.

Pelo que se viu nos anos posteriores, as considerações de Lord KENNET aplicavam-se não só aos países em desenvolvimento, mas a todo o resto da comunidade internacional, principalmente aos Estados industrializados.

A questão ambiental, contudo, não pode ser pensada, pelo menos ao nível das relações internacionais, amparada apenas na idéia de que se tem que eliminar as queimadas, a chuva ácida ou o CFC para resolver os problemas do mundo.

O problema tem uma dimensão mais abrangente e deve ser remetido à forma como a ordem internacional se encontra constituída. Se são os países do Terceiro Mundo os alvos maiores de críticas, devido à má implementação de suas políticas públicas, esses assim agem precisamente por não disporem de condições técnicas e recursos financeiros suficientes para sanar suas dificuldades, além, é claro, da própria incompetência governamental.

Às voltas com seus inúmeros problemas como o desemprego e a inflação, os países pobres sempre relegaram a questão ambiental. Por outro lado, providências são tomadas apenas quando impactos políticos favoráveis são capitalizados pelos governantes, interna ou externamente. Tal fato pode ser apreciado no exemplo brasileiro quando a explosão das pistas utilizadas pelos garimpeiros, a demarcação das terras indígenas ou a diminuição dos índices de queimadas das florestas, são utilizadas para efeito publicitário e largamente divulgadas pelo governo.²²

Para os países do Hemisfério Sul, a ecologia diz respeito à própria deterioração das condições de vida dos grandes centros urbanos, aí incluindo os serviços públicos, como os meios de transportes insuficientes, o precário serviço de saneamento básico, a deficiência do sistema educacional e da assistência médica, a carência de moradias, além do esvaziamento do setor rural (decorrente da falta de políticas agrícolas satisfatórias) etc.

Essas dificuldades que afetam a sociedade estão intrinsecamente ligadas ao modelo econômico adotado. O pagamento dos pesados serviços da dívida, a dificuldade para captação de novos recursos, aliados à malversação e incompetência na gestão dos recursos públicos, bloqueiam a possibilidade desses países adotarem políticas saudáveis para a melhoria das condições de vida da população, e que em sentido amplo constituem a questão ambiental.

A inserção no sistema internacional, como subdesenvolvidos e com poucas chances de alterar o quadro a seu favor, se tem convertido na questão crucial para os países pobres. Além de apresentarem elevadas dívidas externas e serem contemplados com processo inflacionário, dependentes de tecnologia, não possuem conseqüentemente capacidade de impor condições

22 Cf. *Folha de S. Paulo*, 29-6-91, 1-4.

ou de exercer influência nos foros mundiais, no que tange às decisões políticas, econômicas e, muito menos, no âmbito estratégico-militar.

Até porque os grandes países não raciocinam em termos de ordem justa ou injusta, mas sim considerando interesses. Como diz o embaixador RUBENS RICÚPERO, atual representante brasileiro junto ao governo norte-americano, "é nesse mundo áspero, sem compaixão, nem filantropia, que teremos de operar nossa inserção, não a desejável, ou ideal que requereria um mundo ideal e um país ideal, mas a necessária, a inevitável, a resultante do ponto de encontro entre as oportunidades e limitações do sistema internacional e as do Brasil."²³

Convém lembrar que a própria legitimidade da ordem internacional não é estabelecida levando em conta os interesses de todos os Estados, mas o sistema internacional é considerado legítimo quando as grandes potências chegam a um consenso sobre como ele deve funcionar.

O exercício do poder pelas potências, e a distribuição de influências entre elas mesmas, faz com que a ordem internacional assemelhe-se a um jogo com cartas viciadas, restringindo a ação de outros membros da comunidade e tornando difícil romper com esse arranjo pré-estabelecido.

Concretamente verifica-se uma distância insuperável entre o discurso e a prática das grandes nações frente aos demais países, interferindo em qualquer lugar do mundo e advogando a tese de soberania compartilhada quando seus interesses forem de alguma forma afetados.²⁴

A impossibilidade de influenciar decisões mundiais tem levado, portanto, à polarização de comportamentos: de um lado os países desenvolvidos que ditam as normas que regem o comportamento do sistema internacional, e, de outro, os que, apresentando limitada capacidade de barganha, mantêm-se ignorados mesmo nas decisões que os afetam diretamente, inserindo-se em um quadro pré-estabelecido francamente desfavorável, restando-lhes pequenas margens de manobra, mas que são insuficientes para alterar os rumos do vento a seu favor.

Destarte, a perenização da ordem mundial contribui para que os problemas ambientais se agudizem nesses países, uma vez que apenas detendo posse de seus recursos naturais, a sua má utilização é ainda mais prejudicada em função da carência de fundos e de tecnologia. O que contribui para que a distância entre ambos os lados vá aumentando gradativamente,

23 Cf. Rubens RICÚPERO — "A inserção internacional desejada e a possível para o Brasil". *Coleção Documentos*, nº 12, do IEA/USP, março de 1991, p. 11.

24 Sobre a estratificação do sistema internacional ver, por ex., Helio JAGUARIBE — "Autonomia periférica e hegemonia cêntrica" *Relações Internacionais* (UnB), 3 (5): 8-24, junho de 1980.

tornando cada vez mais difícil romper esta barreira quase intransponível, resultante da diferença de capacitação tecnológica.

Enquanto as nações industrializadas acumulam superávits — se bem que às vezes também apresentem suas próprias adversidades políticas ou econômicas —, investindo em pesquisa e desenvolvimento, o mesmo não se verifica no outro lado. Devedores aos primeiros, com inflação fora de controle e baixas expectativas de vida, a uma grande maioria dos países do Hemisfério Sul não sobram recursos suficientes para aplicações que precisariam ser feitas em escala maciça, em ciência e tecnologia, para superar suas dificuldades.

A própria formação dos megablocos é outro indicador de que a ordem internacional sofre reajustes, redividindo influências políticas, econômicas e militares entre os principais atores. Porém sem transferência substancial aos países pobres que compõem a outra face da moeda, muito menos alterando o *status quo* de poder vigente.

Apenas a consciência de que a queda sem limites da qualidade de vida dos países pobres acaba colocando em risco seus próprios interesses tem feito com que as potências se preocupem com as dificuldades do Terceiro Mundo.

Exatamente por não obedecer fronteiras, a degradação do meio ambiente, como a derrubada das florestas tropicais, pode ter conseqüências globais, o que não é de interesse para nenhum país, onde quer que se situe.

A preocupação é percebida não no sentido de eliminar os problemas dos países pobres, mas sim em procurar evitar que a má gerência adotada por esses acabe apresentando efeitos nocivos sobre outros Estados.

Por isso a ecologia tem sido colocada como um tema internacional, um assunto que diz respeito a toda a Humanidade. Partindo deste princípio a soberania deve, pois, ser colocada de lado, já que se trata de resolução de problemas comuns a todos os países, e não referidas especificamente a este ou aquele outro. Como são os países pobres os que mais críticas têm recebido, porque menos cuidados teriam com a poluição ambiental, são esses que devem arcar com os custos da soberania compartilhada.

A bem da verdade, a culpa é de ambos os lados: dos países industrializados que não desejam abdicar das vantagens adquiridas; e dos países pobres, cujos governantes têm-se pautado pela má utilização dos poucos recursos públicos, executando políticas na maior parte das vezes desastrosas para a sociedade, apenas exercitando o jogo do poder e distribuindo as benesses para seus grupos.

As acusações dos países industrializados têm, por outro lado, produzido efeitos contraproducentes, despertando a vertente nacionalista dos governos daqueles Estados que se julgam feridos em seus bríos, motivo pelo qual o deputado federal Fábio Feldman, em visita aos Estados Unidos, pedia moderação nas críticas ao Brasil.²⁵

A reação do ex-presidente José Sarney, ao final de seu governo, é esclarecedora sobre esse ponto, ao bradar que o Brasil jamais venderia um metro quadrado de seu território, e que não haveria no mundo dinheiro capaz de tal. Esta declaração, aliás, surpreendeu a todos, desde o Departamento de Estado norte-americano ao Banco Mundial, que consideravam a notícia de venda da Amazônia como uma novidade.²⁶

Em parte, posturas como essa têm razão de ser. Acuados, os governantes sentem-se obrigados a dar alguma satisfação para consumo do público interno.

Assim, o governo cria fatos para justificar sua importância na defesa dos interesses nacionais, ressaltando que o país é soberano, que não admite ingerências externas, que não aceita a idéia de ter que discutir seus assuntos internos com outros países, *nem submetê-los a foros internacionais*, e outros argumentos semelhantes.²⁷

Ainda que se observe uma polarização Norte-Sul na questão ecológica, os interesses envolvidos são tão acentuados que mesmo entre os países industrializados desacertos são percebidos para se tentar chegar a um denominador comum.

Para o governo norte-americano, por exemplo, os acordos sobre poluição são pouco interessantes, e freqüentemente se convertem em objeto de contestação nos foros adequados. Ao dar primazia às negociações bilaterais, que são mais flexíveis, Washington dá mostras de preferir jogar nesse campo onde pode propor, com maior desenvoltura, barganhas separadas com seus parceiros.

As posturas norte-americanas têm-se caracterizado por se apresentarem no mínimo dúbias. Apoiando inicialmente a redução de CO₂, a Casa Branca recuava nesta decisão quando George Bush, ao participar de um painel intergovernamental sobre mudança de clima, na Universidade de Georgetown (patrocinado pela ONU e pela Organização Meteorológica Mundial), em fevereiro de 1990, insistia para que os cientistas aprofun-

25 Cf. *Folha de S. Paulo*, 16-3-89, C-4.

26 Cf. *Folha de S. Paulo*, 11-2-89, A-5.

27 Sobre a questão ver Márcia JABOR CANIZIO — O Brasil e a questão ambiental ..., *op. cit.*

dassem mais em estudos específicos e econômicos, antes de adotar medidas que pudessem prejudicar as grandes indústrias.²⁸

Posição idêntica seria repetida em 17 de abril do mesmo ano perante representantes de 17 países reunidos na Conferência sobre Alterações Climáticas, na própria Casa Branca.²⁹

As discordâncias entre norte-americanos e europeus se fazem notar principalmente quando a pauta de discussões tenta fixar prazos para eliminar as emissões de carbono. Embora contribua com cerca de 26% para o efeito estufa e a Europa com 13%, os Estados Unidos se mantêm equidistantes da proposta européia de reduzir drasticamente a emissão de carbono até o final do século.

Para justificar este comportamento a Casa Branca alega — aí tendo como aliados a Grã-Bretanha, o Canadá e o Japão — que alterar os padrões de consumo de combustíveis fósseis é uma tarefa muito difícil para os países industrializados.

Segundo esses governos, a necessidade de mais experiências é imprescindível, inclusive para se ter certeza de que o efeito estufa de fato é uma realidade incontestável, se está se agravando, em que níveis isto ocorreria, e se este provém da emissão de CO₂.

Esta forma de agir de Washington, ao defender tal posição, provavelmente encontra respaldo nos estudos realizados pela própria NASA. Nesses, afirma-se, embora sem assumir caráter definitivo, que o efeito estufa ainda não afetou o planeta, não tendo este se aquecido no período compreendido entre 1979 e 1989. De acordo com os cientistas da NASA, Roy Spencer e John Christy, em artigo publicado na revista *Science*, de março de 1990, “a composição da atmosfera foi afetada, o desmatamento está acontecendo, e a qualidade da água está caindo, mas não há qualquer sinal de que a temperatura da Terra esteja subindo.”³⁰

Por outro lado, ao encerrar a mesma conferência sobre clima, em fevereiro de 1990, Bush fazia um *mea culpa*, afirmando que a ação ambiental não pode esperar a ciência.³¹

Em anos anteriores, o governo norte-americano também se manteve hesitante, quando se trata de adotar medidas drásticas. O próprio encontro em Londres, realizado em junho de 1989, para fortalecer o Protocolo de Montreal existente desde 1987 é outro exemplo da conduta daquele país. Como se sabe, aquele protocolo fixava a obrigação de reduzir em

28 Cf. *O Estado de S. Paulo*, 6-2-90, p. 12.

29 Cf. *O Estado de S. Paulo*, 18-4-90, p. 10.

30 Cf. *Folha de S. Paulo*, 31-3-90, C-4; *O Estado de S. Paulo*, 3-4-90, p. 10.

31 Cf. *O Estado de S. Paulo*, 18-4-90, p. 12.

50% a produção dos CFCs, ainda na década de 90, conforme compromisso firmado por 56 países.

Os Estados Unidos além de sempre rejeitar proposta nesta direção, recusavam-se igualmente a contribuir para a constituição de um fundo especial no montante de 160 milhões de dólares, destinado aos países subdesenvolvidos, com a finalidade de auxiliá-los a utilizar e desenvolver tecnologias que não coloquem em risco a camada de ozônio.

Mas em junho de 1989, em Londres, o governo norte-americano assumia estratégia de atuação diferente da adotada até então. Ao invés de negar-se a cumprir o protocolo, o que mostraria sua face intransigente e pouco afeita a obedecer acordos, Washington decidiu aceitá-lo. Mas propunha, em contrapartida, que o dinheiro fosse administrado por um comitê executivo com peso proporcional à contribuição de cada país, ou seja, assegurando aos Estados Unidos, como maior contribuinte, o controle dessa própria instância.³²

Na ótica dos países subdesenvolvidos, a proposta americana não só deveria ser desconsiderada, como também alvo de protesto por parte deles. Assim, Juan Matcos, representante mexicano no Programa do Meio Ambiente das Nações Unidas (PNUMA) considerava inaceitável a idéia de que um país pudesse ter uma participação passível de prejudicar os demais.³³ E defendia a necessidade de existir um comitê executivo forte, com competência para agir independentemente, como era o desejo dos delegados dos países ali presentes.

Com gestos cambiantes, George Bush em um momento afirmava uma coisa e na próxima oportunidade defendia postura diametralmente oposta à anterior. Orientado por John Sununu, chefe de gabinete, em outra ocasião Bush se negava a acatar compromisso anteriormente assumido de destinar 25 milhões de dólares para um fundo de ajuda às nações pobres, com a finalidade de criar condições para que esses países fossem capazes de arcar com os custos visando substituir os CFCs por outros produtos químicos.³⁴

Em junho de 1990, porém, o presidente norte-americano mudaria de posição, considerando princípios estritamente econômicos. Considerando que a China e a Índia detêm juntas cerca de 40% da população mundial, o abandono dos CFCs por esses significaria a possibilidade de se criar um novo mercado para os Estados Unidos. Isto é, aqueles dois países teriam que encontrar produtos alternativos, por exemplo, para seus sistemas de refrigeração, momento em que os Estados Unidos aproveitariam para au-

32 Cf. *O Estado de S. Paulo*, 22-6-90, p. 13.

33 *Idem*.

34 Cf. *O Estado de S. Paulo*, 22-6-90, p. 13.

mentar suas vendas nesses locais, oferecendo produtos manufaturados, obtendo, conseqüentemente, lucros altamente significativos.³⁵

Como se vê, a questão ambiental não só para os Estados Unidos, como para as grandes potências é, acima de tudo, um grande negócio.

A resistência em transferir recursos e tecnologia para os países sub-desenvolvidos é percebida nitidamente por alguns dos representantes dos países industrializados como o canadense Maurice Strong, Secretário-Geral da Eco 92.

Para ele, este comportamento dos países industrializados é um dos obstáculos que bloqueiam a possibilidade de se alterar a ordem econômica e ambiental do planeta.³⁶

De acordo com Strong, um dos objetivos da Eco 92 será justamente o de colocar à mesa de negociações a criação de um imposto internacional que incidirá sobre a poluição do ar. Esta taxa deverá se constituir em elemento-chave para a sustentação de uma Convenção Mundial de Atmosfera, destinada a fazer com que o crescimento do efeito estufa seja restringido, da mesma forma que a deterioração da camada de ozônio, e as constantes chuvas ácidas. A existência de recursos desta natureza poderia, assim, possibilitar o repasse de tecnologias destinadas à melhoria de produtividade e de lucros, orientadas não só para a própria conservação de energia, como também para limpeza ambiental.³⁷

Nisto, aliás, tinha o apoio do atual Ministro da Educação José Goldenberg, para quem "somente com tal transferência de tecnologia paga por um fundo internacional custeado pelos países poluidores poderemos avançar rumo ao equilíbrio ambiental com prosperidade e justiça social".³⁸

A ex-primeira Ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, ao defender a mesma idéia de Strong, acredita que debates desse porte poderiam amadurecer a idéia e efetivamente resultar na criação de um fundo mundial, quando os países ricos contribuiriam com 0.1% de seu PIB. Esses recursos, por sua vez, seriam obrigatoriamente repassados para programas de desenvolvimento sustentável, e utilizados pelos países que atualmente se descuidam de seu patrimônio florestal por falta de caminhos alternativos.³⁹

Ao propor a formação do fundo, Gro Brundtland criticava, simultaneamente, o argumento de que a interação entre Estados para se tentar resolver problemas comuns que afetam a todos, pudesse ferir a soberania

35 Cf. *O Estado de S. Paulo*, 22-6-90, p. 13.

36 Cf. *Folha de S. Paulo*, 25-4-91, 4-3.

37 Cf. *Jornal da Tarde*, 8-6-90, p. 10.

38 *Idem*.

39 Cf. *Jornal da Tarde*, 3-2-90, p. 10.

dos povos. Ou seja, aludia à necessidade de se implementar diálogos onde pudessem imperar maior interdependência e cooperação internacional.

E explicava o que deveria ser entendido por soberania no atual contexto das relações internacionais: "A verdadeira soberania, num mundo que se assemelha a um condomínio, onde todos precisam estabelecer entendimento e acordos recíprocos sob pena de a casa comum perecer na desordem, consiste na integração de esforços em prol de um desenvolvimento sustentado da Humanidade".⁴⁰

A falta de unanimidade no trato de questões ambientais não só é patente no eixo Estados Unidos—Europa, mas também no próprio continente europeu, onde divergências cotidianas são observadas.

Para o eterno herdeiro do trono britânico, príncipe Charles, o problema não se resume apenas em colocar a culpa nos países em desenvolvimento pela deterioração do meio ambiente. Segundo ele, os países industrializados deveriam perguntar-se primeiro em quantos casos o processo de deterioração foi iniciado pela ação de indivíduos e companhias das nações hoje desenvolvidas.⁴¹

Mas, por outro lado, a Holanda pode ser considerada um bom exemplo de país que leva a sério o meio ambiente. E ainda que por motivos estritamente particulares, mantém-se francamente favorável a redução de CO₂. Jogando com a possibilidade de existência do efeito estufa, o que significaria elevação da temperatura, o derretimento do gelo das calotas polares elevaria o nível dos mares, ocasionado um desastre sem precedentes inundando os Países Baixos.⁴²

Mas se essas posturas diferenciadas se sucedem, propostas também são apresentadas. Conforme Lauren J. Brinkshorts, responsável pela política ambiental da comunidade européia, um plano de ação necessitaria contemplar a conversão da dívida por investimentos e conservação ambiental. Ao mesmo tempo deveriam estabelecer-se códigos de conduta para indústrias dos países ricos, importadores de madeira, e facilitar a liberação de recursos adicionais para os países do Terceiro Mundo, visando à preservação da floresta e sua exploração econômica de forma racional e sustentável.⁴³

Para resolver, pelo menos em parte, os problemas ambientais que afligem os países do Terceiro Mundo, o Parlamento alemão elaborou inclusive um projeto de conservação que tornará possível, a partir de 1994, a transferência de cerca de 6 bilhões de dólares anuais para a preservação

40 *Idem.*

41 *Cf. O Estado de S. Paulo*, 8-2-90, p. 4.

42 *Cf. O Estado de S. Paulo*, 7-11-89, p. 14.

43 *Cf. O Estado de S. Paulo*, 11-7-90, p. 16.

de florestas tropicais, sendo o Brasil considerado um dos países prioritários para recepção de parte desses recursos.⁴⁴

Essas verbas poderão ser utilizadas a partir de um fundo especial a ser criado e administrado pela própria ONU, sendo que o projeto deverá ser ratificado na reunião da Eco 92. Quer dizer, leva-se em consideração que se os países desistem voluntariamente da exploração predatória de seus recursos naturais, principalmente as florestas, nada mais justo de que os mesmos devam ser recompensados por esta atitude.

Deve-se observar que estas propostas, além de ofertas da Itália, da Grã-Bretanha, da França etc., para a resolução de problemas dos países subdesenvolvidos não se constituem em gestos de caridade. Ao agirem desta forma, procurando auxiliar países como o Brasil a implementar políticas que visem ao desenvolvimento, sem a necessidade de destruição do meio ambiente, estão simultaneamente cuidando de seus próprios interesses. Isto é, a conservação da Amazônia, por exemplo, implicaria em ter, como acentua José Goldenberg, uma usina biológica retentora de carbono, neutralizando as ameaças climáticas, que poderiam afetar o mundo inteiro.⁴⁵

Segundo tais interpretações, os países ricos conscientizaram-se de que a Terra forma um ecossistema frágil, fechado, e que as políticas adotadas no Terceiro Mundo, despreocupadas com a conservação do meio ambiente, acabam afetando globalmente todas as nações, indistintamente, ricas ou pobres, independente de fronteiras e soberanias.

O combate à destruição da natureza, por parte dos países industrializados, não significa que estejam comportando-se como bons samaritanos, mas o fazem movidos por extrema necessidade de preservar um bem comum, o meio ambiente, de que todos dependem em igual proporção. Quer dizer, o Terceiro Mundo, ao evitar sua política de destruição do meio ambiente, fará com que o mundo inteiro se beneficie com tal atitude. Então, diz Strong, a solução para se resolver o problema encontra-se justamente na necessidade de que todos ajudem.⁴⁶

Este, aliás, é o mesmo veredito da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1983, em relatório apresentado quatro anos depois, sobre o futuro comum da Humanidade, onde se afirma que o meio ambiente é limitador da natureza, e não o contrário.

De acordo com o relatório, a adoção de políticas viáveis, para o meio ambiente é necessária e faz sentido, não a curto, mas a longo prazo, eco-

44 Cf. *Jornal da Tarde*, 2-6-90, p. 10.

45 *Idem*.

46 Cf. *Veja*, 24 (22): 7-9, 29-5-91.

nomicamente falando. Por outro lado, também se vislumbra, igualmente, a possibilidade de “a curto prazo serem necessários grandes gastos financeiros em campos como o do desenvolvimento da energia renovável, equipamento de controle de poluição e desenvolvimento rural integrado”, sendo que, “para tanto, os países em desenvolvimento precisarão de assistência maciça, e mais generalizada, para reduzir a pobreza. Atender a essa necessidade financeira significa fazer um investimento coletivo no futuro”.⁷⁴

Mas para Maurice Strong não são medidas isoladas que resolverão a degradação ambiental. Deve-se partir de um entendimento de que o componente ambiental está incorporado definitivamente ao processo produtivo. E isso exige que os países pobres tenham que ser ajudados pelos países ricos. Os primeiros, por sua vez, têm que se conscientizar de que se torna impossível insistir em formas de desenvolvimento que não tenham retorno para a natureza, ou seja, políticas irresponsáveis para com a própria natureza. Isto porque a economia poluidora é mais pesada, gera produtos caros e se torna pouco competitiva no mercado internacional.⁴⁸

O próprio GATT também foi envolvido nas discussões sobre meio ambiente, ao perceber a relação direta entre ecologia e comércio mundial. Quando se reuniu em 30 de maio de 1991, a agenda do GATT apontava a necessidade de se aprofundar as análises para determinar as interferências do meio ambiente na expansão do próprio comércio internacional.

A onda ecológica que varre o mundo há algum tempo pressionava não só governos, mas inclusive o GATT, exigindo providências de entidade, no sentido de proibir a importação de qualquer produto considerado nocivo à natureza.⁴⁹

Tal preocupação tinha fundamento, visto que os países ricos ao subsidiarem produtos agrícolas incentivam a utilização em massa de agrotóxicos, aumentando a produção, porém dificultando a comercialização dos produtos oriundos dos países pobres que se tornam pouco competitivos no mercado mundial.

Polêmica onde este caráter é ressaltado pode ser verificada, por exemplo, no primeiro semestre de 1991. Apesar de estar em vigência acordo entre Brasília e Buenos Aires, dentro do marco de integração regional, o governo brasileiro mostrou-se disposto a importar trigo norte-americano em virtude da diferença de preços do produto, deixando de privilegiar o similar portenho. O trigo americano, subsidiado pelo governo, saíria a um custo sensivelmente inferior ao produto argentino, criando desconten-

47 Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento — *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988, pp. 374-375.

48 Cf. *Veja*, 24 (22): 7-9, 29-5-91.

49 Cf. *Folha de S. Paulo*, 31-5-91, 2-5.

tamento dos empresários daquele país, que viam o processo de integração ser relegado em favor de uma grande potência.

Partindo do princípio de que o controle do meio ambiente é benéfico para todos, os países ricos sempre se arvoraram em defensores da ordem mundial, ditando normas para os demais, considerando-os imaturos etc.

O presidente François Mitterrand chegou a apontar, em Londres, que a posição dos 7 grandes países sempre foi arrogante, tomando ares de um pequeno grupo que quer influenciar o futuro do mundo. Para ele, o Grupo dos 7 não pode ter vocação para ser o diretório do mundo. E dizia que o grupo anterior surgido por iniciativa de Valéry Giscard D'Estaing, quando ainda eram 6 membros (sem o Canadá), se reunia discretamente, sem a presença da imprensa, e nem sequer elaboravam qualquer documento final. Hoje, verifica-se uma completa alteração dos objetivos iniciais, com a arrogância medida pelo PNB.⁵⁰

O problema, contudo, não pode ser visto estritamente pela ótica de que os países desenvolvidos querem impor uma ordem mundial segundo sua exclusiva vontade. Se isto é uma realidade amparada na idéia de que as influências mundiais são distribuídas através de relações de poder assimétricas, entre os diversos Estados do mundo, é fato, também, que grande parte da culpa cabe aos próprios governantes dos países criticados.

Neste caso, sem dúvida alguma, o Brasil tem-se destacado como "vilão mundial", em virtude da depredação da Amazônia, abarcando aspectos variados como as queimadas, as populações indígenas e a contaminação dos rios pelo mercúrio.⁵¹

Alvo de atenção internacional nos anos 80, o Brasil viu-se cercado por todos os lados, tanto por setores ligados à Igreja, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), como por grupos ecológicos que criticavam o governo não só pelas grandes queimadas verificadas na segunda metade da década passada, mas também pela exploração dos garimpos, com o avanço da fronteira econômica, colocando em risco a existência dos yanomamis. As preocupações governamentais foram de tal ordem que acabaram culminando no Projeto Calha Norte, de inspiração militar.⁵²

Aliás, a questão ambiental, no país, sempre foi tratada sob o viés militar, pelas próprias características do regime no período anterior a 1985. A permanência dessa concepção, onde os interlocutores governamentais da questão ambiental se apóiam em conceitos de segurança na-

50 Cf. *O Estado de S. Paulo*, 18-7-81, p. 8.

51 Esse tópico está melhor desenvolvido em meu texto "Amazônia: política e ecologia" (em fase final de elaboração).

52 Cf. meu texto: "Diplomacia e militarismo: o Projeto Calha Norte e a ocupação do espaço amazônico". *Revista Brasileira de Ciência Política*, 1 (1): 146-163, março de 1989.

cional, pode ser observada através de relatórios elaborados pela Secretaria de Assessoramento de Defesa Nacional-SADEN (atual Secretaria de Assuntos Estratégicos-SAE), ao Presidente Sarney, alertando sobre a atuação dos movimentos ecológicos, que desejariam transformar a Amazônia em patrimônio da Humanidade.⁵³

O próprio "Programa Nossa Natureza", de abril de 1989, caminha nesta direção, adotando critérios embasados na perspectiva castrense.⁵⁴

A incapacidade que os países subdesenvolvidos têm demonstrado na formulação e implementação de suas políticas públicas pode, em grande parte, ser responsabilizada pelos danos à causa ambiental.

Se bem que haja recursos internacionais à disposição, os mesmos não são devidamente aproveitados pelos países pobres. O que é confirmado pelo próprio coordenador da Rede de Formação Ambiental para a América Latina e Caribe, Enrique Leff Zimmerman, para quem os países subdesenvolvidos têm perdido muitas oportunidades de financiamento para preservação do meio ambiente por falta de projetos bem elaborados.⁵⁵

O Tropical Forest Protection Plan, por exemplo, aprovado pela Alemanha em 1989 para contemplar nações do Terceiro Mundo, destinou ao Brasil cerca de 250 milhões de marcos. Todavia, o governo brasileiro perdeu em 1991 cerca de 60 milhões de marcos, exclusivamente por culpa própria, pois elaborou planos, mas não cumpriu outras exigências anteriormente assumidas de pagamento da dívida.⁵⁶

A falta de ações concretas de governos, como o de Brasília, fizeram também com que bancos internacionais suspendessem financiamentos a serem aplicados em áreas da região amazônica, visando à construção de usinas elétricas, condicionando a liberação dos recursos a medidas efetivas de proteção ambiental por parte do governo brasileiro.

O Brasil é, certamente, o país que mais tem sido alvo das pressões internacionais para cuidar de seu meio ambiente. As atitudes reticentes do governo brasileiro em aceitar "ingerências" em seus negócios internos têm levado freqüentemente a desacordos com os países ricos.

Considerando o assunto como elemento da soberania nacional, o ex-Presidente Sarney recusou-se até o final de seu governo a acatar qualquer sugestão para a preservação da Amazônia.

53 Cf. *O Estado de S. Paulo*, 9-2-89, p. 13.

54 Ver, por exemplo, a entrevista do General Bayma Denis concedida ao *Jornal O Estado de S. Paulo*, 6-4-91, p. 72 e *Resenha de Política Exterior do Brasil* (61): 11-24, abr./jun. 1989.

55 Cf. *Folha de S. Paulo*, 29-3-89, C-8.

56 Cf. *Folha de S. Paulo*, 29-3-81, 4-3.

Essa atitude brasileira de evocar a soberania não é sequer recente. Ao final dos anos 60, o país divulgou memorando criticando os países detentores de tecnologia nuclear pelo fato de desejarem que o Brasil assinasse o TNT.⁵⁷

Ao recusar tal acordo, o Brasil considerou importante a obtenção de tecnologia nuclear porque só com a sua posse seria possível um salto qualitativo no desenvolvimento nacional. Naqueles anos, o relacionamento internacional não era visto sob a perspectiva adotada por Castello Branco. Sob Costa e Silva se pensou na segurança econômica coletiva, com o tema do desenvolvimento/subdesenvolvimento permeando as discussões brasileiras, orientadas segundo a perspectiva Norte—Sul.

Refutando as tentativas de fazer com que o país aderisse ao TNP, ainda que tivesse concordado com o Tratado de Prescrição de Armas Nucleares na América Latina, o Embaixador Araujo Castro discorreu sobre o “congelamento do poder mundial”. Nesta ótica, o mundo estaria polarizado em dois grupos: de um lado os países detentores da tecnologia nuclear, considerados adultos, maduros; e de outro lado, aqueles que deveriam subordinar-se a este fato, visto serem imaturos, irresponsáveis.⁵⁸

Esta postura brasileira de referir-se a quase todos os assuntos evocando a soberania e a segurança nacional foi constantemente reproduzida pelo governo nas últimas décadas. Desde o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), firmado em 1978 com mais sete países da região, o meio ambiente foi convertido em tema de segurança nacional.

Comportamento idêntico era também repetido por outros chefes de Estado regionais. Na III Reunião de Chanceleres do Tratado de Cooperação Amazônica, em março de 1989, em Quito, o Presidente equatoriano Rodrigo Borja realçava que a “defesa da Amazônia é tarefa que compete somente aos países amazônicos sem intervenções estrangeiras”.⁵⁹

A Declaração da Amazônia assinada pelos presidentes do TCA reunidos em Brasília, dois meses depois, reproduz o discurso de defesa da soberania.⁶⁰

Após a morte de Chico Mendes, em dezembro de 1988, as críticas estrangeiras, tanto pela mídia, quanto pela visita de políticos e artistas ao país, começaram a se tornar mais aguda, fazendo com que José Sarney

57 Sobre o assunto ver Celso SOUZA E SILVA — “Proliferação nuclear e tratado de não-proliferação”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, XXX (117-118): 5-8, 1987/1.

58 Cf. J. A. ARAUJO CASTRO — “O congelamento do poder mundial”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (33): 7-30, jan. 1972.

59 Cf. *O Estado de S. Paulo*, 7-3-89, p. 16.

60 Cf. *Resenha de Política Exterior do Brasil* (61): 25-34, abr./jun. 1989.

passasse a assumir um discurso nacionalista e agressivo frente às acusações de pouco cuidado dispensado à natureza e aos povos da floresta.

O governo brasileiro nunca viu com bons olhos essas visitas, cada vez mais constantes, tendo como objetivo principal a questão amazônica. Ainda que tolerasse, não admitia que opiniões fossem manifestadas por essas pessoas.

Quando o país recebeu 5 congressistas norte-americanos, acompanhados de jornalistas, em janeiro de 1989, em viagem de duas semanas à América do Sul, para tratar a dívida externa e a proteção ambiental, o Secretário-Geral do Itamaraty Paulo Tarso Flecha de Lima reagiu afirmando que "a maior responsabilidade pela poluição ambiental do mundo era dos países industrializados, com destaque para a Europa".⁶¹

No mesmo diapasão Sarney reafirmava mais uma vez que são os ricos que agridem o meio ambiente.⁶²

O final da década de 80 foi um período que muito trabalho deu ao Itamaraty, face às fortes críticas internacionais. Entre os motivos que deram margem à agressividade do discurso brasileiro pode ser mencionada a própria querela em torno da rodovia BR-364. Segundo o governo brasileiro, o presidente Bush teria solicitado ao Japão para que não liberasse recursos para aquele projeto, tido como prejudicial ao meio ambiente. O Japão, por sua vez, negava tal intenção em 18 de março de 1989, e poucos dias depois publicava no *The New York Times* carta afirmando que não estava envolvido no projeto.⁶³

A afirmação de François Mitterrand de que os países deveriam abrir mão de sua soberania também foi alvo de irada resposta do governo brasileiro.⁶⁴ Houve mesmo reclamação contra o anúncio da Declaração de Haia, mandado publicar pelo governo francês, ao final da Conferência Internacional sobre a Proteção da Atmosfera do Globo, realizada em março de 1989, na Holanda, e que contou com a presença de 26 países.⁶⁵ Conforme o teor da declaração, os signatários se dispunham a abrir mão de sua soberania em favor do combate à poluição.

Para fazer frente a todas essas críticas o Ministério das Relações Exteriores chegou mesmo a criar um departamento especial para tratar a questão ambiental, assumindo a diplomacia do verde.

Sob uma avalanche de críticas, o país inclusive sentiu que poderia ser isolado internacionalmente, convertendo-se em uma nova África do

61 Cf. *Jornal da Tarde*, 14-1-89, p. 11.

62 Cf. *Jornal da Tarde*, 27-2-89, p. 5; *Folha de S. Paulo*, 4-3-89, A-5.

63 Cf. *Folha de S. Paulo*, 24-2-89, B-1; *Folha de S. Paulo*, 25-2-89, A-1; *Jornal da Tarde*, 25-2-89, p. 7; *O Estado de S. Paulo*, 9-3-89, p. 19 e 19-3-89, p. 29.

64 Cf. *Folha de S. Paulo*, 12-3-89, C-3.

65 Cf. *Folha de S. Paulo*, 5-4-89, C-6.

Sul, como se manifestava Fernando Cesar Mesquita, então Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis.⁶⁶

O governo sequer cogitou de discutir a conversão da dívida em projetos ambientais — já em negociação em outros países como a Bolívia, o Paraguai, a Costa Rica e as Filipinas — considerando que propostas deste gênero, além de ferir a soberania nacional, não resolviam, nem os problemas do meio ambiente, nem solucionavam a questão da dívida, motivo pelo qual, nos anos Sarney, este tema se converteu em verdadeiro tabu.⁶⁷

Mas ao mesmo tempo, o país prometia colaborar com 20 mil dólares para criação de uma rede mundial de informações sobre meio ambiente.⁶⁸

Em parte, o governo brasileiro tinha motivos para tratar com cautela as visitas estrangeiras porque os congressistas americanos em janeiro de 1989 afirmavam através de Peter Benclev, que a ecologia não era mais uma questão local. Pouco tempo depois, o chefe da comitiva, Senador Timothy Wirth, manifestava receio de que o prolongamento da BR-364 pudesse representar um aumento das relações comerciais entre o Brasil e o Japão, com nova saída para o Pacífico.⁶⁹

A carência de recursos deixou claro, todavia, que, embora áspero nas críticas às tentativas de ingerências externas, o governo brasileiro passou a considerar que a questão ambiental deveria ser tratada de forma compatível com as necessidades do país. Assim, o Ministro Clodoaldo Hugney Filho comparecia a Washington na sede do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para apresentar o novo Plano de Proteção do Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas (PMACI).⁷⁰

No decorrer do tempo, as posturas do governo brasileiro tornaram-se mais flexíveis. O chanceler Francisco Rezek chegou a admitir que o Brasil estava inclinado a assinar o TNP, justificando que o Secretário de Estado norte-americano James Baker considerava a possibilidade de os países desenvolverem tecnologia nuclear com objetivos não militares.⁷¹

E se a conversão da dívida era tabu no governo Sarney, o atual Ministro das Relações Exteriores declarava ao ex-Primeiro Ministro francês Michel Rocard que esse assunto era perfeitamente discutível, desde que não houvesse afronta ao direito internacional e à soberania nacional.⁷²

66 Cf. *O Estado de S. Paulo*, 25-4-89, p. 12.

67 Cf. *O Estado de S. Paulo*, 23-12-89, p. 4.

68 Cf. *Folha de S. Paulo*, 27-3-89, C-3.

69 Cf. *Veja* (1073): 32-33, 29-3-89.

70 Cf. *O Estado de S. Paulo*, 21-9-88, p. 11.

71 Cf. *Folha de S. Paulo*, 12-5-90, A-7.

72 Cf. *Jornal da Tarde*, 30-6-90, p. 8.

Como se verificou depois, o próprio Banco Central regulamentou a conversão da dívida externa em projetos ambientais estabelecendo teto de 100 milhões de dólares.⁷³

Apesar de crítica, a imprensa internacional às vezes reconhecia que a questão ambiental não era tratada a contento. Em editorial de 24 de julho de 1990 o jornal *The New York Times* considerava hipocrisia dos Estados Unidos criticarem o Brasil por devastar suas florestas, quando aquele país destruiu as florestas de Porto Rico e do Havaí, sendo que neste último, 75% da flora foram por eles devastados.⁷⁴

Mesmo na Suécia, que costumeiramente é vista como modelo de preservação do meio ambiente, críticas também são observadas. Pelos dados estatísticos, na Lapônia calcula-se que apenas 5% de florestas naturais sobraram, ainda que o resto tenha sido replantado devido à obrigatoriedade de reflorestamento. Por outro lado, constitui-se no terceiro maior exportador mundial de papel e madeiras, sendo que 49% das florestas encontram-se em mãos de pessoas físicas, 25% em mãos do Estado e 26% são posse de pessoas jurídicas.⁷⁵

Esta política desenvolvida pelo governo sueco é objeto de críticas por parte de seus próprios habitantes. Ake Aronsson, naturalista da Agência Nacional de Proteção Ambiental, em Gallivare, diz o seguinte sobre as florestas suecas: "Nunca paramos de derrubá-las. Florestas antigas abrigam espécies únicas e enraizam a identidade escandinava. Florestas cultivadas são um desastre cultural e biológico; árvores iguais, mesma idade, mesmas cores, menos espécies e menos animais".⁷⁶

Como se pode constatar, tanto os países subdesenvolvidos como desenvolvidos igualmente depredaram e continuam devastando a natureza. Deve-se admitir, porém, que uma das causas do estrago da natureza no Terceiro Mundo é, sem dúvida alguma, a pressão para o pagamento da dívida externa, que induz o países pobres a adotarem políticas derrubando florestas e aumentando o consumo de recursos naturais de forma predatória.⁷⁷

A preservação através de desenvolvimento de tecnologias adequadas de menor consumo energético e o uso racional de fontes de energia ainda não se converteram em realidade para os países pobres. Mesmo porque não dispo de desses recursos também não os recebem dos países industrializados sem exigências que lhes parecem completamente descabidas. O que também não é totalmente verdadeiro.

73 Cf. *O Estado de S. Paulo*, 17-7-91, p. 9.

74 Cf. *Folha de S. Paulo*, 25-7-90, C-3. A íntegra do editorial do *The New York Times* foi publicada por *O Estado de S. Paulo*, 25-7-90, p. 11.

75 Cf. Ricardo ARNT — "Suecos cortam floresta da 'Amazona fria'". *Folha de S. Paulo*, 24-6-91, 2-1.

76 *Idem*.

77 Cf. por exemplo, Elmar ALTVATER, op. cit.